

Deputado de Arouca questiona Governo

# Tribunal com menos juízos

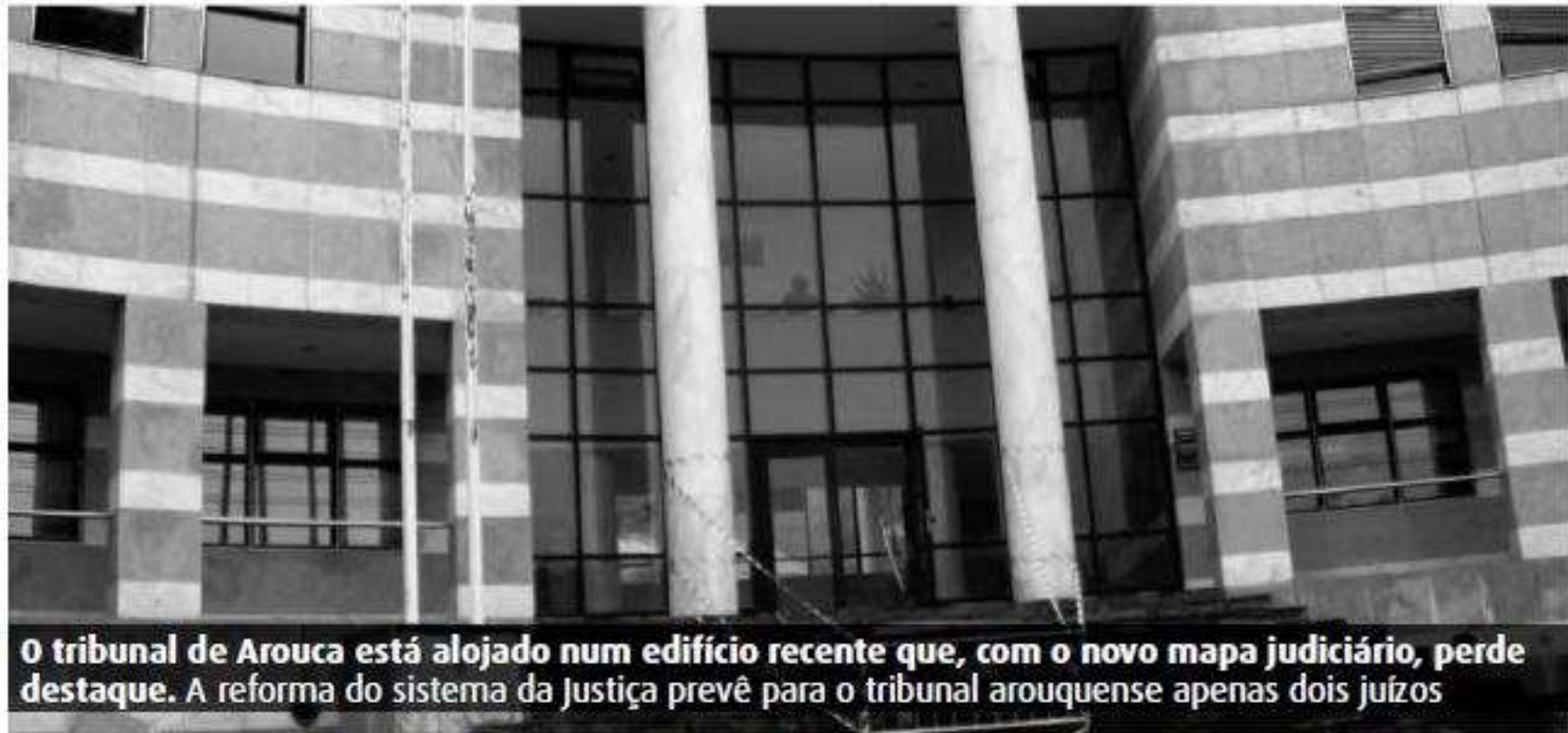
O deputado André Almeida, natural de Arouca, interrogou o Governo socialista sobre as alterações na Justiça devido ao novo mapa.

Ana Luísa Tavares

[ana.tavares@edvsemanario.pt](mailto:ana.tavares@edvsemanario.pt)

No passado dia 2 de Abril, foi apresentado no Parlamento, um documento, onde o deputado social democrata, André Almeida, natural de Arouca, interpelou o Governo sobre a situação do tribunal do seu concelho, no âmbito do novo mapa judiciário, aprovado recentemente.

Na opinião do deputado, “os tribunais, tal como os demais serviços do Estado, devem estar próximos das populações, facilitando-lhes o acesso e proporcionando-lhes bons serviços, com eficiência, rapidez e qualidade”, o que pode deixar de acontecer em Arouca, com a diminuição dos serviços da Justiça e a extensão territorial que o concelho tem.



**O tribunal de Arouca está alojado num edifício recente que, com o novo mapa judiciário, perde destaque. A reforma do sistema da Justiça prevê para o tribunal arouquense apenas dois juízos**

O novo mapa judiciário reduz as comarcas existentes no país para 39, sendo os tribunais enquadrados nelas segundo a Nomenclatura de Unidade Territorial (NUT). No caso de Arouca, o tribunal ficará ‘subjugado’ ao da Feira, que será a sede – comarca – da NUT Entre Douro e Vouga, sendo os vários juízos distribuídos pela região. Feira e Oliveira de Azeméis irão concentrar maior parte dos serviços. O que

o mapa judiciário prevê para Arouca, até ao momento, é um juiz de proximidade e outro de execução.

Preocupado com o que possa acontecer à casa da justiça arouquense, André Almeida dirigiu-se ao Governo com o objectivo de saber, em concreto, que competências passará a ter o ainda tribunal de comarca de Arouca. O deputado interrogou, também, o executivo sobre o destino do imóvel

que alberga o tribunal, em Arouca, uma vez que é um grande edifício e com boas condições. O social democrata perguntou, ainda, ao Governo socialista se este considera que, com a reforma, as populações do concelho ficam bem servidas, tendo em conta as deslocações que algumas terão de fazer para ter acesso à justiça.

Aguarda-se resposta do Governo de José Sócrates.